

ATA DA 63ª SESSÃO PLENÁRIA DO CONEMA

1
2
3 Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Auditório, 6º andar, na Secretaria
4 de Estado do Ambiente – SEA, foi realizada a 63ª Sessão do Conselho Estadual do Meio Ambiente
5 – CONEMA, com a presença de Mauricio Couto Cesar Junior (Secretário Executivo) e dos
6 Conselheiros, Verônica da Matta (ALERJ), Alceo Magnanini (BIOSFERA), Harley Moraes Martins
7 (CRQ-RJ), Elisa S. Bento (DRM), Mauro Vieira Lourenço (FAFERJ),), Leopoldo Carriello Erthal
8 (FAERJ), Paulo Pizão (FIRJAN), Luiz Francisco Pires Guimarães Maia (Fórum de Reitores), Tatiana
9 Freitas Valle (IAB), Daniel Cortez (INEA), Rogério de Lima e Silva Caldas (OAB), Maria Teresa de
10 Jesus Gouveia (REARJ), Paulo Renato Marques (SEAPEC) e Jorge Fernandes da Cunha Filho
11 (SEDEIS). Como convidadas, tivemos a participação de Silvia Marie Ikemoto e Patrícia Napoleão
12 (INEA), Nátalie Chagas Lourenço (SUPLAN/SEA) e Danielle Trindade Machado (SMAC). O
13 Secretário Executivo do CONEMA, Senhor Mauricio Couto Cesar Junior, abriu a sessão às
14 10h20min. Em seguida, passamos ao primeiro assunto da pauta: Apresentação do Projeto Pacto
15 das Águas. Silvia Marie Ikemoto, Gerente de Gestão do Território e Informações Geoespaciais do
16 Instituto Estadual do Ambiente, fala que começar primeiro explicando que foi lançado em
17 outubro/2015 no Palácio Guanabara e que foi uma resposta à crise hídrica que vivemos em
18 2014/2015 e tem como foco garantir a proteção dos mananciais, fala de alguns conceitos de
19 mananciais e discutir um pouco sobre a questão dos mananciais no abastecimento público do
20 cenário atual e que temos um passivo ambiental que levou ao comprometimento dos nossos
21 mananciais. O que seria o **PROJETO PACTO PELAS ÁGUAS** é uma iniciativa conjunta do Governo
22 de Estado, por meio da SEA e INEA, com o apoio de diversos parceiros que têm por objetivo
23 proteger mananciais estratégicos de abastecimento visando aumentar a segurança hídrica a médio
24 e longo prazos do Estado do Rio de Janeiro. O pacto se propõe a integrar diversas iniciativas e
25 projetos, alguns já em curso, em torno da restauração e da conservação florestal de áreas
26 prioritárias de mananciais estratégicos, tais como, nascentes, margens de rio, áreas de recarga de
27 mananciais e áreas úmidas. Ações que integram o Pacto pelas Águas: Delimitação de áreas de
28 interesse para proteção de mananciais estratégicos do Estado do Rio de Janeiro e de áreas
29 prioritárias para restauração e conservação florestal; Adequação ambiental das propriedades rurais
30 (Cadastro Ambiental Rural – CAR e Programa de Regularização Ambiental - PRA); apoio a projetos
31 de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Envolvendo com isso ações de restauração e
32 conservação florestal para produção de água; Plantios voluntários; Ações de restauração florestal
33 estabelecidas através de compensações ambientais decorrentes de licenciamento ambiental. Metas
34 e resultados esperados: Restaurar e conservar 22.000 hectares até 2022 para proteger áreas com
35 funções estratégicas para aumentar a segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro. Cerca de 42
36 milhões de mudas para restauração; acréscimo de cerca de 2% do remanescente da Mata Atlântica
37 do Estado do Estado do Rio de Janeiro. Foi feito investimentos públicos da ordem de 210 milhões
38 vindos do FECAM, FUNDRHI e FMA. Dentre as ações do Pacto em curso, destaca-se a parceria
39 celebrada entre o Instituto Estadual do Ambiente, a Secretaria Estadual de Educação – SEEDUC, a

40 Fundação Roberto Marinho e o Instituto Terra para promover a capacitação de jovens e a formação
41 de mão-de-obra qualificada para execução das ações de conservação e recuperação florestal. A
42 iniciativa é de grande relevância para o êxito e o alcance das metas do Pacto, além de promover a
43 inclusão de jovens no mercado de trabalho, a geração de empregos “verdes” e o incremento da
44 renda local. Logo após os conselheiros fizeram perguntas que foram respondidas. Em seguida deu-
45 se início à segunda apresentação, **PROJETO OLHO VERDE**, apresentado pela Analista Patrícia
46 Napoleão, que falou que é um convênio entre o SEA e o INEA. Custeado por uma medida
47 compensatória financiada pela Prumo Logística. Sendo executado pela UFRJ/COPPETEC no
48 departamento Geografia, que contratou outra empresa a Space Imaging, que é a interlocutora com a
49 empresa fornecedoras das imagens de satélite que é a digital globo. Explicou que é um Projeto que
50 fortalecera a capacidade do Estado no combate a desmatamentos por meio da incorporação da
51 tecnologia de imageamento por satélite e de processamento de dados espaciais, nos procedimentos
52 de monitoramento e fiscalização ambiental e dos benefícios que a atualização da base cartográfica
53 de uso e ocupação do solo em subsídio à gestão do território e implantação do CAR. O
54 fortalecimento da área de geoprocessamento do INEA do ponto de vista dos recursos de softwares e
55 da capacitação técnica dos Servidores. Com isso será traçado o perfil do desmatamento no Estado
56 do Rio de Janeiro que subsidiara às ações de fiscalização e adoção de medidas preventivas. Terá
57 como principais atividades e produtos a aquisição de licença para acesso online aos serviços e às
58 imagens de satélite de alta resolução, incluindo uma ferramenta de visualização e gestão de
59 imagens. Com isso teremos um Monitoramento contínuo de mudanças na cobertura florestal do
60 estado, com emissão de alertas sobre áreas de desmatamento. Faremos a emissão de relatórios
61 mensais sobre as alterações detectadas no período, em termos de supressão de vegetação. O
62 mapeamento do uso do solo, contemplando as “classes de uso e cobertura” necessárias para
63 atender aos requisitos mínimos do Cadastro Ambiental Rural – CAR. E por último tivemos a
64 apresentação da atualização sobre o **ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE**, a
65 apresentação foi feita pela Analista da Superintendência de Planejamento e Gestão Ecosistêmica –
66 SUPLAN, Nátalie Chagas que é Coordenadora Técnica e Executiva do projeto, justificando que será
67 sucinta e já que o Superintendente da SUPLAN, João Batista fará no dia 26/07/2016 apresentação
68 completa. Iniciou esclarecendo que o ZEE é um instrumento de planejamento e gestão territorial que
69 leva em consideração as potencialidades sociais e a fragilidade ambiental e está sendo elaborado
70 para o território continental do Estado tendo uma abordagem regional. A regionalização utilizada são
71 as 09 (nove) regiões hidrográficas. Apresentou o cronograma da fase final do projeto com a
72 consultoria contratada que vai até em 31 de agosto de 2016. Informou sobre quais instituições que
73 fazem parte de todo o processo de elaboração do ZEE-RJ, bem como, no nível federal, as
74 instituições que fazem parte do consórcio ZEE Brasil e Comissão Nacional. As consultas públicas
75 ocorreram entre os dias 24 de novembro a 10 de dezembro de 2015 nas 9 regiões hidrográficas e
76 tiveram representatividade de 53 municípios e 196 instituições públicas e da sociedade civil
77 organizada. Após essas consultas entrou na fase de recebimento de contribuições e reuniões
78 setoriais para esclarecer ainda mais o ZEE, foram 19 reuniões setoriais. Com essas consultas e

79 reuniões foram destacados 16 itens importantes de discussão e que ajudaram a promover
80 mudanças no mapa de zoneamento preliminar, após a apresentação iniciou-se a fase de debates.
81 **ASSUNTOS GERAIS:** O Secretário Executivo informa que em breve será marcada a Reunião da
82 Câmara Técnica de Educação Ambiental e que a Conselheira Maria Teresa, representante da
83 REARJ irá passar o dia para convocação. A Conselheira Verônica da Matta, representante da
84 ALERJ, solicita o desarquivamento dos processos sobre as ERBs e solicita pronunciamento da
85 Secretaria Executiva a respeito da Taxa de Licenciamento. E nada mais havendo a tratar, o
86 Secretário Executivo do CONEMA encerrou a sessão às 13h20min. Rio de Janeiro, 26 de julho de
87 2016.